

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2018. MANDATO 2017-2021.

--- Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo seu Presidente, Fernando Rodrigues Louro e pela 1ª Secretária - Liliana dos Santos Carapinha e 2ª Secretária - Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV). Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais:

--- Júlio Manuel Fernandes Pratas, João Pedro Antunes Osório, Anabela Feliciano da Costa, Celestino Tomás Pereira Brasileiro e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (em representação da Junta de Freguesia de Alpiarça), eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV), Armindo Pinto Batata, eleito pelo MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT), Joaquim Luís Rosa do Céu, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Abel Ferreira Melro Pedro, Carlos Alberto Dias Marques, Ana Rita Monteiro Marques, Rodolfo Manuel Machacaz Colhe, Filipe Alexandre Gama Nunes, eleitos pelo Partido Socialista-(PS).

--- Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal: Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira, Vereador João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV), Vereadora Alzira Agostinho (em substituição de Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes) e Vereador António da Conceição Moreira, eleitos pelo Partido Socialista-(PS).

--- **A ORDEM DE TRABALHOS FOI A SEGUINTE:**

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.

Ponto 2 - Regulamento do Conselho Municipal de Segurança (Análise do Parecer do Conselho Municipal).

Ponto 3 - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento - Revisão N.º 1. Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 4 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2017. Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Deliberação - Venda da nua propriedade dos lotes 45 a 48,67,69,73 e 96 da Zona Industrial. Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 6 - Apreciação e votação da Extinção de unidades orgânicas de 2º grau e criação de unidades orgânicas de 3º grau. Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 7 - Apreciação e votação da Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços e Mapa de Pessoal de Município de Alpiarça. Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 8 - Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação; Minuta de protocolo para Expansão e aumento do Investimento na Zona Industrial de Alpiarça; Minuta de Contrato-Promessa de Compra e Venda. Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 9 - Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal, realizadas nos dias 28/02/2018, 24/04/2018 e 30/04/2018.

Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.

--- **INÍCIO DOS TRABALHOS.**

--- O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, deu início à sessão eram vinte e uma horas e quatro minutos, informando que estão ausentes nesta assembleia os senhores deputados municipais Maria Filomena Lopes Rúbio e Ana Margarida Vences Rosa do Céu, tendo sido substituídos por Rodolfo Manuel Machacaz Colhe e Filipe Alexandre Gama Nunes, respetivamente.

--- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO**

--- Não se registaram intervenções.

--- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

--- O Sr. Presidente da Mesa, deu início ao período antes da ordem do dia e passou a aceitar inscrições para intervenções neste período, tendo concedido a cada deputado municipal um período de seis minutos, face ao número de deputados inscritos.

--- **INTERVENÇÕES:**

--- O Sr. Deputado Armino Batata, congratulou-se com a realização de mais um Festival do Melão, questionando se o Sr. Presidente da Câmara suscitou ou promoveu alguma

reflexão sobre o futuro do melão em Alpiarça, no que concerne, entre outros, a certificação, denominação de origem, eventuais parcerias regionais e dinâmicas comerciais.

--- Perguntou ainda se a Câmara Municipal já procedeu ao licenciamento do furo da Barragem, uma vez que o enchimento da barragem começou por ser feito com este furo de forma irregular, ou seja sem licenciamento. No caso de já estar licenciado, perguntou se podia consultar os termos de utilização.

--- Questionou sobre o que se passa com o Relatório de Diagnóstico do Plano Estratégico de Valorização Turística para Alpiarça, lembrando que em julho próximo vai ter de ser apresentado o Relatório Final do Plano Estratégico de Valorização Turística para Alpiarça.

--- Falou da opção tomada por Alpiarça, de não aderir à gestão integrada dos lixos, tendo o Sr. Presidente da Câmara prometido que iria explicar à população o porquê desta opção, coisa que ainda não aconteceu.

--- Disse ter ficado siderado com a resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu à Sr.ª Vereadora Sónia Sanfona na última reunião de câmara, sobre os resíduos verdes, em que comparou estes resíduos verdes com os das obras, que podiam ser queimados e que os municípios não sabiam muito bem lidar com este problema. O Sr. Deputado opinou que se Benavente e Almeirim recolhem monos e verdes, Alpiarça também os pode recolher.

--- A Sr.ª Deputada Graciete de Brito questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o que já foi feito para colmatar as ilegalidades verificadas no parque infantil do Jardim Municipal, situações que foram aqui apontadas na última assembleia municipal.

--- A Sr.ª Deputada questionou também o Sr. Presidente da Câmara sobre os concursos que decorreram para integração dos chamados “precários da Função Pública” e se existiram muitas reclamações sobre os mesmos.

--- Questionou ainda o horário que parece que está a ser praticado na Biblioteca Municipal, uma vez que a mesma tem estado a ser encerrada por volta das três da tarde, parecendo-lhe um horário muito reduzido.

--- O Sr. Deputado Rodolfo Colhe pediu o ponto de situação sobre o Conselho Municipal da Juventude, que até à data ainda não está formado.

--- O Sr. Deputado disse que há uma corrente de opinião em Alpiarça, cuja conclusão é que existe um decréscimo relativamente grande de modalidades desportivas federadas e

perguntou se o município está ciente desta opinião e o que está a fazer para o contrariar.

--- Opinou que Alpiarça é dos poucos concelhos que não tem modalidades coletivas femininas. Questionou se o Executivo está consciente deste problema e como o pensa resolver.

--- O Sr. Deputado considerou que o Município de Alpiarça há muitos anos promove e bem a componente de apoio à família durante a época das férias escolares, um OTL dos 5 aos 10 anos e umas férias desportivas dos 11 aos 16 anos. Questionou se os jovens dos 11 aos 13 anos não necessitariam de um acompanhamento mais diário, uma vez que na sua opinião a maioria dos pais não tem condições de pagar centros de estudos e similares e em sua opinião estas crianças não devem ficar sozinhas em casa.

--- O Sr. Deputado Abel Pedro abordou questões relacionadas com sinalização e trânsito começando por solicitar que seja colocada alguma sinalização em falta no Largo Salgueiro Maia, dado tratar-se de uma rotunda. Abordou ainda a dificuldade de se circular na Rua Dr. Queirós Vaz Guedes, uma vez que como uma das faixas está permanentemente ocupada com estacionamento é muito difícil transitar no sentido ascendente. Alegou que o mesmo se passa no início da rua Manuel Paciência Gaspar, perguntando o que é que a câmara está a pensar fazer para solucionar estas situações.

--- Abel Pedro solicitou informações sobre os subsídios atribuídos a «Os Águias», não aqueles que são atribuídos direta e mensalmente, mas sim os que entram na coletividade por outras vias, nomeadamente decorrentes da utilização das piscinas, do complexo desportivo e eventualmente de outros espaços similares.

--- O deputado finalizou, questionando o Executivo sobre o ponto de situação em que se encontra a certificação do Melão de Alpiarça.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu sugeriu que antes de se dar início à discussão de qualquer assunto, a assembleia seja informada do nome das pessoas que se encontram inscritas para usar da palavra. Abordou depois a questão da valorização turística de Alpiarça, dando vários exemplos, como a publicidade a eventos há muito realizados e cujos panfletos continuam colados, placard's vazios e degradados com publicidade não afixada, placard's que não se encontram direcionados para quem circula na via pública, o carreiro que teima em atravessar a sebe que se encontra junto ao muro da Casa dos Patudos, o que em sua opinião dão tudo situações que se resolvem sem qualquer

investimento e que ajudam a alindar Alpiarça, que bem precisa.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo resumiu as atividades levadas a cabo pela Freguesia, dando realce à adaptação que está a ser feita nos sanitários, para pessoas com mobilidade reduzida, na sede da Junta. Estão também a proceder à pintura de algumas salas na Escola EB1 de Alpiarça. Estão a recuperar alguns bancos de jardim para colocar nos parques infantis. Continuam com a recuperação de uma habitação de um freguês com carências económicas, havendo já outros pedidos. Disse que a Junta tem seis funcionários efetivos, mais os do Centro de Emprego e duzentos mil euros de orçamento, e tudo isto está a ser feito em simultâneo com as outras atividades da Junta. Informou que se vão dar início às Festas de Verão, quer na vila, quer nos lugares. Disse também que a Junta continua a apostar na cultura popular, colaborando com todas as associações e entidades que pedem apoio à Junta. Em agosto está previsto começar o “Há Festa na Minha Rua”, que é baseado no “Aqui ao Luar”, mas em que se vai procurar mais participação dos populares, nomeadamente dos moradores das ruas onde o evento se vão realizar.

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro destacou o Ciclo de Cinema na Biblioteca, que uma vez por mês traz cinema de qualidade à Biblioteca Municipal. Destacou também o evento FestFado realizado no Polo Enoturístico da Casa dos Patudos, em conjunto com a Câmara do Entroncamento e que teve a particularidade de dar oportunidade a um jovem fadista de Alpiarça, Diogo Carapinha, de lançar o seu primeiro CD. Por último realçou o Ciclo de Exposições “Gentes da Nossa Terra”, que tem dado oportunidade a que artistas desconhecidos de Alpiarça possam expor mensalmente os seus trabalhos, na área do desenho, da pintura e da escultura.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas disse que se iria referir essencialmente a três aspetos que respigou de um último comunicado do Partido Socialista, mas também a aspetos das críticas não construtivas feitas pela oposição ao longo destes últimos dois mandados, ao contrário da crítica construtiva que considerou legítima, desejável, necessária e até benéfica para o concelho. Sublinhou alguns textos que nos últimos oito anos se escreveram, se disseram e se transmitiram para o exterior de Alpiarça, através da blogosfera e das redes sociais. Todos se afirmam como amantes de Alpiarça, mas depois a imagem que se passa para o exterior é a pior possível. Citou então algumas coisas que

foram ditas a propósito de Alpiarça: “Alpiarça é uma terra suja cheia de ervas, que por sua vez transportam carraças e pulgas, o lixo acumula-se, o cheiro é horrível, as casas estão em ruínas e em completo desleixo, não há CTT e fala-se já na partida da Caixa Geral de Depósitos, das Finanças e da Segurança Social”. “Existe uma barragem poluída e potenciadora de legionella. Um Jardim completamente fora da lei, primeiro em estilo de Leste e agora modificado para uma praça de traça cidadina”. “Temos autarcas que atuam no sentido de afastar as pessoas, o IMI é dos mais caros do distrito, sendo umas das terras mais caras do distrito”, “existindo o problema da água canalizada que pode causar o cancro”. O deputado referiu que este é o panorama que se passa para fora de Alpiarça e pergunta, como pode a oposição queixar-se das pessoas não virem morar para Alpiarça se é esta a imagem aterradora que dão da nossa terra? Por último passa-se a ideia que é o Presidente da Câmara que é o culpado disto tudo, escondendo-se quem são os verdadeiros responsáveis pelo fecho dos CTT e do eventual fecho de outros serviços.

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que passou a responder às várias questões colocadas, deixando algumas respostas para o Sr. Vereador Carlos Pereira e para o Sr. Vereador João Arraiolos.

--- O Sr. Presidente da Câmara começou por responder ao Sr. Deputado Armindo Batata, referindo que o Festival do Melão é uma organização conjunta da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, que teve sempre como principal objetivo projetar a imagem de Alpiarça como uma terra ligada ao melão, um local onde se produz melão de grande qualidade e chamar a nós aquilo que é nosso, uma vez que historicamente os alpiarcenses têm produzido melão há várias gerações, não só em Alpiarça, como noutros pontos do país. Tem-se procurado também ajudar os nossos produtores para combater o principal problema com que se debatem, que é o escoamento e a comercialização. Pensa que os objetivos têm sido atingidos e está convencido de que Alpiarça se irá afirmar cada vez mais no exterior, como Terra de Melão. Ao nível da certificação foi iniciado há já alguns anos um processo de certificação que já teve sucesso parcial com a integração do Melão Manuel António no Catálogo Nacional das Variedades, estando o processo de certificação em curso, havendo necessidade de se conseguir que mais agricultores produzam esta variedade de melão genuinamente alpiarcense e necessariamente com uma área maior de cultivo.

--- Deixou a questão do licenciamento do furo para o Sr. Vereador Carlos Pereira. Quanto ao esgotamento dos aquíferos, opinou que não se prende maioritariamente com a utilização deste furo para encher a barragem, que era um furo desativado pelas Águas do Ribatejo, prende-se com facto da nossa região ser uma região de forte regadio e de grande utilização dos aquíferos subterrâneos para as regas agrícolas. No caso em concreto da Barragem dos Patudos, tratava-se da sobrevivência da diversidade da sua fauna, pelo que não houve muita hesitação em recorrer ao furo, para algumas vezes injetar água fresca na albufeira, para manter a oxigenação das águas da mesma, a um nível aceitável. A verdade é que recorrendo a esse expediente e ao uso de tratamentos biológicos contra a eutrofização se conseguiu evitar a mortandade de peixes, em certas épocas do ano, que era um problema que sempre afligiu os executivos que por aqui passaram, uma vez que o enchimento da nossa albufeira depende exclusivamente das águas pluviais e não de um curso de água permanente, como acontece noutras barragens.

--- Deixou a questão do Plano de Valorização Turística para o Sr. Vereador Carlos Pereira.

--- Relativamente à não adesão do município de Alpiarça à gestão integrada dos lixos, o Sr. Presidente da Câmara ressaltou que não houve ainda necessidade de o explicar à população, até porque a grande maioria dos municípios da Ecoléiria optaram por manter tudo como até aqui, ou seja a recolha do lixo doméstico continua a ser feita pelas câmaras, sendo da responsabilidade da Ecoléiria a recolha dos resíduos para reciclagem. É uma posição da maioria dos municípios que visa acautelar a privatização do negócio da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Quando aos verdes, ou seja a recolha de ervas, ramos e restos da poda árvores dos quintais, o município já a faz há muitos anos, assim como a de monos, quando é sabido que não se trata propriamente de resíduos sólidos urbanos. Finalizou dizendo que há uma utilização muito abusiva do sistema por parte dos munícipes, que não é de agora, que é um problema cultural que passa pela sensibilização e pela educação ambiental e que as escolas, as autarquias e outras entidades têm vindo a levar a cabo essa sensibilização.

--- Deixou a questão do Jardim Municipal para o Sr. Vereador Carlos Pereira, referindo porém que não considera ilegalidades o que aconteceu com o parque infantil do jardim municipal, afirmando que ilegalidades são coisas muito mais graves. Deixou para o Sr.

Vereador Carlos Pereira, explicações mais pormenorizadas.

--- Em relação à integração dos trabalhadores precários do Município de Alpiarça, informou que o município socorrendo-se da legislação que foi aprovada e dentro das necessidades efetivas e permanentes que foram definidas, procurou resolver um conjunto de situações de precariedade e abriu uma série de concursos que foram aprovados nesta assembleia e a maioria dos precários já estão integrados no Quadro de Pessoal da Câmara. No caso de haver necessidade de mais explicações, deixou para o Sr. Vereador João Arraiolos.

--- Relativamente às questões colocados pelo Sr. Deputado Rodolfo Colhe, nomeadamente quanto à criação do Conselho Municipal da Juventude, disse que na sua opinião o Conselho Municipal da Juventude parece-lhe mais direcionada às juventudes partidárias e pode até condicionar a livre intervenção da juventude. O Executivo está a acompanhar essa situação, e está sempre disponível para reunir com as forças políticas da juventude, seja com quem for, e procurará também envolvê-los no trabalho autárquico; quando se sentir a necessidade de criar esse Conselho, será criado. Quanto ao decréscimo de praticantes federados, disse não ter nenhuma informação sobre isso, mas que é algo que poderemos centrar mais a nossa atenção, nos próximos tempos. Quanto às modalidades femininas, concordou com o Sr. Deputado, dizendo que a autarquia poderá tomar alguma iniciativa sobre o assunto, mas a verdade é que tem de haver da parte da comunidade, das associações, dos clubes desportivos, o manifestar da vontade de criar essas modalidades coletivas femininas, senão não há garantia de grande sucesso.

--- Quanto à componente de apoio à família durante a época das férias escolares, referiu que há o OTL e as Férias Desportivas, sendo que estas últimas nem existiam anteriormente, foram uma iniciativa destes Executivos de maioria CDU e este ano irão aparecer com a designação de Férias em Aventura Verão 2018. Na sua opinião as Férias Desportivas têm sido um sucesso e passam pela ocupação dos jovens em vários espaços desportivos do concelho. Disse compreender a preocupação do Sr. Deputado relativamente ao propósito de ocupar a juventude durante as férias escolares, entendendo que as férias desportivas não podem ser vistas como um simples espaço de “depósito” de jovens, nesta época, durante a qual os pais não têm oportunidade de os

controlar.

--- Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Abel Pedro, deixou para os Srs. Vereadores Carlos Jorge e João Arraiolos responderem.

--- Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Rosa do Céu, disse que algumas das preocupações do deputado, eram também as suas preocupações, de forma acrescida, enquanto Presidente da Câmara, mas que discorda de algumas coisas que foram ditas. Em relação ao espaço urbano, considerou que é um problema geral do país porque a esmagadora maioria das áreas urbanas do país estão em acentuado estado de degradação. Considerou que em Alpiarça também há aspetos comuns a esta realidade, mas que já vêm do tempo em que o senhor deputado foi presidente da câmara municipal. Da parte da Câmara tem havido uma preocupação em regenerar o espaço público, dando como exemplo o espaço exterior dos Paços do Concelho, o Jardim Municipal, a Casa dos Patudos, as Piscinas Municipais, a Reserva do Cavalo do Sorraia, o Parque de Merendas do Carril, etc. Assumiu que há muita dificuldade em dar cobertura a outras situações por manifesta falta de recursos humanos e financeiros, nomeadamente no que diz respeito ao combate às ervas que depois do prolongado período de chuvas, e com o surgir da primavera, invadiram não só os jardins, mas também os passeios, parques de estacionamento, praças, rotundas e outros espaços públicos. Quanto ao carreiro que as pessoas fazem para entrarem na Casa dos Patudos, é um facto, mas que em seu entender não tem nada de chocante e basta a sebe crescer mais um pouco esse carreiro deixa de existir.

--- Disse registar as intervenções dos senhores deputados Celestino Brasileiro e Fernanda Cardigo.

--- Quanto à intervenção do Sr. Deputado Júlio Pratas disse que a questão dos CTT é para continuar e temos assistido ao fecho de mais Estações por todo o país e se a empresa não regressar à esfera pública, esta administração vai continuar a fechar estações e a vender património e a distribuir o valor da sua venda pelos acionistas. Não há qualquer dado sobre o fecho da Caixa Geral de Depósitos, da Segurança Social e da Repartição de Finanças. Finalizou dizendo que se porventura o balcão de Alpiarça da Caixa Geral de Depósitos fechar em Alpiarça, é uma responsabilidade total do Partido Socialista, pois o 1.º ministro assumiu que não fechariam balcões deste banco público nas sedes de

concelho.

--- O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Pereira para responder a algumas questões colocadas pelos vários deputados.

--- No uso da palavra, o Sr. Vereador Carlos Pereira começou por responder ao Sr. Deputado Armindo Batata, informando-o que o pedido de licenciamento do furo tinha sido negado ao município, pelo que não poderia fornecer mais qualquer dado sobre o assunto. Quanto ao Plano Estratégico de Valorização Turística, informou que como já tinha sido comunicado há duas ou três reuniões de Câmara atrás, houve algum atraso no primeiro pagamento por parte da Câmara, mas a situação agora está normalizada e o Plano irá ser entregue brevemente.

--- Quanto à questão colocada pela Sr.^a Deputada Graciete de Brito sobre o Parque Infantil, informou que estão a chegar os orçamentos para a realização da vedação e que portanto não deve demorar muito até voltar a se ter o parque infantil a funcionar.

--- Sobre o horário da Biblioteca disse que mesma mantém o horário habitual só que em dois dias seguidos e devido a situações de doença, e por não haver funcionários que substituíssem os ausentes, o espaço fechou às três da tarde, mas que para a semana o horário já volta à normalidade.

--- Quanto às questões de trânsito levantadas pelo Sr. Deputado Abel Pedro, informou que a situação da Praça Salgueiro Maia já se encontra resolvida e que não está de momento nos planos do Executivo colocar sentido único ou proibir o estacionamento, quer na rua Dr. Queirós Vaz Guedes, quer no início da rua Manuel Paciência Gaspar. Opinou que se houver civismo por parte dos condutores, todos sobem ou descem as referidas ruas sem grandes problemas.

--- No uso da palavra, o Sr. Vereador João Arraiolos disse que praticamente já tudo foi dito sobre a integração dos precários, frisando que é um assunto que de forma muito clara veio à Assembleia Municipal e a própria legislação previa que apenas as pessoas que estivessem a trabalhar na câmara entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 pudessem concorrer aos lugares existentes. Tratou-se de uma situação excecional que foi criada para integrar um conjunto de injustiças de alguns casos de pessoas que estiveram durante anos e anos a trabalhar sem vínculo para várias entidades, quer na administração local, quer na administração pública. Sobre a interrogação colocada, se a integração

ocorreu de modo pacífico, disse que foi um processo normal, as pessoas entregaram a documentação, criaram-se os processos, houve uma avaliação curricular e uma entrevista nos casos em que havia mais do que uma pessoa para ocupar o lugar.

--- Sobre as modalidades desportivas coletivas e federadas, disse que a principal modalidade coletiva é o futebol masculino e é preciso recuar muitos anos para encontrar outra modalidade desportiva coletiva em Alpiarça. Quanto ao futebol feminino também já existiu há muitos anos e disse não saber até que ponto foi uma modalidade competitiva. Frisou que todos gostaríamos que houvessem mais modalidades coletivas, mas que dada a nossa dimensão enquanto concelho, é uma realidade que é de difícil concretização e objetivamente tem sido um foco nosso no sentido de se tentar criar, tendo sido o mais concreto na área do Andebol, mas que não se conseguiu concretizar. Sobre o decréscimo de praticantes nas modalidades federadas, disse que há uma diversidade enorme de modalidades federadas que podem ser praticadas no concelho, existe um conjunto de opções que todos os alpiarçenses têm à sua opção para praticarem essas modalidades. O que pode ser feito é um rácio entre o número de habitantes e o número de praticantes e aí pode ter-se um número mais concreto se há ou não uma diminuição de desportistas federados.

--- Sobre os subsídios atribuídos informou que há um protocolo que foi assinado em 2010, que foi objeto de uma alteração o ano passado, tendo em conta as circunstâncias que se alteraram relativamente aos pressupostos iniciais e que a todo o momento pode ser revisto, não havendo aqui nada que não tenha vindo à reunião de câmara, que não seja transparente, neste caso sobre o protocolo das piscinas municipais.

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu uma segunda ronda de intervenções para os deputados colocarem algumas dúvidas.

--- O Sr. Deputado Filipe Gama Nunes questionou o Sr. Presidente da Câmara qual é a sua ideia a curto ou médio prazo sobre o espaço do investidor, que fazia parte do seu programa político. Opinou que isto é uma questão transversal a todas as forças políticas em Alpiarça e que seria da maior relevância para entendermos questões tão simples como apoiar o investimento na criação de empresas locais e qual a equipa que o Sr. Presidente tem neste momento a coordenar todo este projeto da maior relevância e que foi apresentado pela CDU como proposta prioritária para o desenvolvimento da Zona

Industrial.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques pediu desculpa pelo atraso, dizendo que ia colocar algumas questões que não pode colocar na primeira ronda de intervenções. Começou por perguntar se já havia resposta sobre os rails na reta da Gouxa. Questionou o ponto de situação sobre a limpeza de terrenos a seguir ao Parque de Campismo e fez uma sugestão para se limpem as bermas da EN 368, conhecida como Estrada do Campo, porque é uma estrada muito perigosa, com valetas profundas e muito nevoeiro durante a manhã.

--- O Sr. Deputado Rodolfo Colhe usou da palavra para dizer que não é jurista, mas fala com eles, e a opinião geral é de que o Conselho Municipal de Juventude é obrigatório. Disse ainda que há que clarificar, que na composição do Conselho Municipal da Juventude, estão os Clubes, as Associações de Jovens, as Associações para Jovens e as próprias Associações de Estudantes. A generalidade de uma Comissão de Juventude em Alpiarça nunca poderá ser direcionada a juventudes políticas, porque em Alpiarça duvida que hajam juventudes partidárias ativas.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia se a sua sugestão para que a assembleia seja informada do nome das pessoas que se encontram inscritas para usar da palavra, foi ou não para ter em conta.

--- O Sr. Presidente da Assembleia em resposta ao Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que teria de ir refletir sobre isso, porque não gostou do tom de desconfiança em relação à Mesa, portanto não lhe dirá ainda se sim se não.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata diz não usar os resíduos sólidos urbanos como arma de arremesso, mas há uma questão que gostava de colocar que é o porquê de não se dar início a uma campanha de informação sobre a vantagem que advém para o município se as pessoas depuserem os seus lixos nos contentores destinados à reciclagem. Deu como exemplo uma garrafa de vidro que se for colocada no contentor normal, traz para a câmara o custo da recolha, transporte e deposição em aterro, enquanto se essa mesma garrafa for para o vidrão, a câmara não tem qualquer custo com a mesma.

--- O Sr. Deputado Abel Pedro sugeriu à Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo que não se referisse a funcionários do Centro de Emprego, mas sim funcionários colocados ao abrigo de determinada Portaria, ou seja o Programa CEI (Contrato Emprego-Inserção). Disse ao

Sr. Presidente da Câmara (referindo-se ao parque infantil do Jardim), que no seu entender uma ilegalidade é tudo o que não cumpre a Lei, o que poderá haver são ilegalidades mais graves ou menos graves. Disse não estar de acordo com o que o Sr. Vereador Carlos Jorge disse em relação ao trânsito nas ruas Queirós Vaz Guedes e Manuel Paciência Gaspar. Em relação ao Sr. Vereador João Arraiolos opinou que não respondeu à pergunta que lhe foi feita se houve ou não reclamações sobre os concursos de integração dos precários. Em relação aos desportistas federados opinou que seria interessante fazer um cálculo sobre o rácio população/praticantes de desporto federados, porque a população baixou ligeiramente e os desportistas baixaram drasticamente. O deputado disse que bastaria recuar-se alguns anos no tempo para perceber que nos águias já houve Karaté, Ciclismo, Atletismo e já teve todos os escalões de futebol e agora não tem, porque atletas, técnicos e dirigentes mudaram-se para Almeirim.

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro, em relação à intervenção do seu colega de bancada Júlio Pratas, disse que há realmente uma estranha forma de se gostar de Alpiarça, uma vez que quem gosta de alguma coisa geralmente destaca os pontos ou as imagens positivas, aqui por Alpiarça o que geralmente se faz é relevar os aspetos negativos, com as piores imagens que conseguem encontrar ao qual juntam geralmente os comentários mais depreciativos. Relativamente à certificação do Melão, disse que o PS esteve 12 anos na Câmara de Alpiarça e que não tem ideia de terem feito alguma pela certificação do melão de Alpiarça. Quanto à Barragem dos Patudos diz que gosta do seu aspeto atual e de se ter conseguido inverter a situação da eutrofização e dos peixes mortos.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito disse que antes de mais, gostava de felicitar o Sr. Presidente da Câmara por cada vez dar respostas mais redondas às questões que lhe são colocadas e de ter transmitido esse modo de responder aos seus vereadores. Referiu que tinha perguntado claramente se tinham havido reclamações nos concursos para os precários e quantas. No que diz respeito ao parque infantil, folga em saber que estão a tratar da questão da vedação, mas que há outras coisas por resolver. Finalizando e no que diz respeito ao que disse o Sr. Deputado Júlio Pratas, opinou que o que é mais normal é a câmara municipal zelar pelo que lhe foi entregue. Nós estamos numa era de

informação global em que as pessoas têm facilidade de comunicação, de expor a sua indignação, e o mais normal é que o façam, não vendo isso como desamor a Alpiarça, porque quem diz mal muitas vezes também diz bem.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas no uso da palavra, disse que como tinha referido na sua primeira intervenção, a crítica é útil e aceitável, a crítica construtiva é desejável, o que não se aceita é a mentira, a má língua, sistemática, rasteira e primária.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que ia procurar ser breve nas respostas, começou por responder ao Sr. Deputado Filipe Gama Nunes, que na candidatura à remodelação do mercado municipal, pelos regulamentos da candidatura, não se pôde colocar um espaço destinado aos fins aludidos pelo Sr. Deputado, mas estamos a contar que aquele espaço venha a ter um essa função, recebendo ali empresários e empreendedores. Quanto à articulação com outras entidades no sentido de apoiar o investidor, aquilo que temos neste momento é o Gabinete de Apoio às Empresas e ao Empreendedorismo, que funciona em articulação com a NERSANT, vindo um cá um técnico dessa associação à câmara, por alguns dias, ou então através do Gabinete de Apoio à Presidência o encaminhamento das pessoas ou dos assuntos é feito para a NERSANT de Santarém.

--- Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Carlos Marques disse que o assunto dos rails foi encaminhado para as Infraestruturas de Portugal, a limpeza do terreno a seguir ao Parque de Campismo provavelmente ainda não terá sido feita, mas é natural que esteja para breve, porque os serviços da câmara têm andado pelo concelho a fazer esse tipo de serviço. Quanto à limpeza das bermas da EN 368 está prevista para breve, e irá ser feita por uma empresa contratada a expensas da Câmara, uma vez que essa estrada foi desclassificada e passou para a posse dos municípios de Alpiarça e de Almeirim, por protocolo assinado com um dos anteriores Executivos do PS, com todas as responsabilidades inerentes à manutenção de um troço de estrada com cerca de 7 kms, sem ter recebido mais nada em troca, do que uma estrada asfaltada de novo, esquecendo-se que essa estrada iria ter gastos em manutenção para o futuro. Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Rodolfo Colhe disse não ter mais nada a acrescentar. Sobre a sugestão feita pelo Sr. Deputado Armindo Batata relativamente aos resíduos sólidos, concordou que faz todo o sentido a chamada de atenção para o assunto, alegando que já têm sido feitas campanhas, que os Executivos anteriores com certeza

que também as faziam, mas está a ser difícil convencer as pessoas a depositarem o lixo nos espaços destinados à reciclagem e a utilizarem devidamente os contentores. As pessoas sabem que estão a prevaricar quando fazem a deposição de brasas e outros resíduos nos contentores, mas no entanto fazem-no. Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado Abel Pedro, voltou a considerar que é muito forte usar a palavra ilegalidade neste tema do parque infantil, mas é um assunto que terá de ser solucionado. Relativamente às atividades desportivas praticadas no concelho, não deixa de ser estranho que alguns praticantes de certas modalidades desportivas saiam do concelho para as fazerem, quando têm todas as condições para as praticarem cá. Relativamente às modalidades coletivas lembrou que Alpiarça é conhecida pelo Ciclismo, embora sejam muitos mais os períodos em que não teve essa modalidade, mas quando teve, conseguiu resultados de topo com equipas dos «Águias», de Alpiarça. Lembrou mais recentemente o período do Triatlo em que fomos campeões nacionais por vários anos, em vários escalões, inclusivamente ao nível absoluto, com atletas nas seleções, até com um atleta de Alpiarça a participar nos Jogos Olímpicos, caso único na nossa história. Quanto ao que foi dito pela Sr.^a Deputada Graciete de Brito, defendeu que as suas respostas não são redondas, disse não ter feito parte do júri desses concursos e que o processo decorreu com normalidade, mas que deixaria ao Sr. Vereador Arraiolos a possibilidade de esclarecer cabalmente essa questão.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos lembrou que a questão da regularização dos precários foi colocada de forma abrangente, como é que tinha corrido e de que forma, e que se lembre nos vinte e dois concursos que foram feitos recebemos apenas um pedido de esclarecimento sobre os critérios de uma entrevista de seleção.

--- O Sr. Vereador Carlos Pereira, interrompeu dizendo que foi presidente dos vinte e dois concursos e confirmou que apenas houve um pedido de esclarecimento.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos retomou a palavra para dizer, que vivemos um tempo em que se quer ter mérito mais por aquilo que se consegue destruir, do que por aquilo que se quer construir e que tem a certeza que ao fazer-se isso, quem sai a perder é Alpiarça, seja quem for que esteja à frente dos destinos desta terra.

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

--- **PONTO 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da**

atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.

--- **Intervenções:** -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu dez minutos ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.

--- No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara destacou a situação financeira do município referindo que a dívida global diminuiu um pouco mais de cinco milhões, trezentos e cinquenta mil euros, relativamente à situação apurada em dezembro de dois mil e nove. Destacou o dia seis de maio de dois mil e dezoito em que o Município de Alpiarça e a Casa dos Patudos estiveram presentes na entrega dos prémios da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo que decorreu em Montargil, em que a Casa dos Patudos voltou a receber o prémio de melhor projeto público do Turismo do Ribatejo para o ano de dois mil e dezassete e que o já tinha recebido também em dois mil e quinze e a Quinta da Lagoalva recebeu pela terceira vez o prémio pelo melhor projeto no âmbito do Enoturismo do Ribatejo. Destacou também o dia do Desporto e da Comunidade Educativa que ocorreu no dia dez de maio, que mobilizou toda a comunidade educativa do agrupamento de escolas, crianças, funcionários, professores, pais, as associações culturais e desportivas do concelho. Realçou também o dia em que se assinou o protocolo com o Ministério da Administração Interna, que passa pela cedência de um terreno municipal para a construção do novo Quartel da GNR. Salientou a apresentação pública do Estudo do Tráfego e Acessibilidades ao Ecoparque do Relvão e o que isso representa em termos de sobrecarga de trânsito pesado na EN 118 e na ponte da Chamusca, o que volta a pôr em evidência a urgência na construção de uma nova travessia do Tejo junto à Chamusca e a construção do IC3/A13. Referiu também a realização do Campeonato Nacional de Estrada de Patinagem de Velocidade que decorreu na Eira do Paciência, um evento nacional da Federação Portuguesa de Patinagem, com o apoio da Sociedade Filarmónica Alpiarcense e também das autarquias. Destacou a Apresentação Pública do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar na Lezíria do Tejo, que decorreu em Santarém e que é uma candidatura a fundos comunitários dos municípios da CIMLT.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu, no âmbito da informação prestada pelo Sr.

Presidente da Câmara sugeriu que na próxima Assembleia Municipal seja presente o protocolo de desclassificação da EN 368, bem como o protocolo de beneficiação da ligação Casalinho/Parreira.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito, sobre a apresentação do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar na Lezíria do Tejo, referiu que isto é um projeto que abrange os municípios da Lezíria do Tejo e que envolve vários milhões de euros e que lhe parece que este projeto assenta essencialmente na contratação de psicólogos e de outras pessoas ligadas à ação sócio-cultural. Disse permitir-se como pessoa que trabalhou na área da educação em diversas vertentes, fazer uma leitura um pouco cética deste projeto, porque o insucesso escolar não pode ser apenas tratado nas questões de natureza familiar e psicológica das crianças, em sua opinião o combate terá de ser tratado pela mudança das práticas, por uma nova escola, porque os alunos de hoje não são iguais aos de dez ou de há vinte anos atrás. Finalizou dizendo que isto era apenas um desabafo seu e uma opinião pessoal, que também já deu a conhecer ao presidente da CIMLT.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques disse ter lido com atenção esta informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira e que ouviu há pouco o Sr. Presidente da Câmara culpar o governo por parte das coisas que estavam a acontecer ou poderiam vir a acontecer em Alpiarça, mas acha que há muita coisa que tem de ser trabalho do Executivo, e depara-se com um vasto registo de atividades culturais e desportivas e reuniões aqui e ali e quanto a reuniões para captar investimento para Alpiarça, apenas viu uma com a TEXSA e não sabe se foi a pedido da empresa ou se foi a pedido do Executivo. Em sua opinião a câmara tem de fazer mais do que o que está a fazer para captar investidores para a nossa terra.

--- O Sr. Presidente da Câmara em resposta aos senhores deputados, começou por perguntar ao Sr. Deputado Joaquim do Céu, qual a necessidade dos protocolos de desclassificação da EN 368, e da beneficiação da ligação Casalinho/Parreira vir à próxima assembleia, questionando se houve alguma incorreção da sua parte, ao que o senhor deputado respondeu que os protocolos servirão para demonstrar que há incorreções naquilo que o Sr. Presidente da Câmara transmitiu à Assembleia sobre a desclassificação da EN 368. Ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que traria cá os protocolos.

--- Quanto ao que foi dito pela Sr.^a Deputada Graciete de Brito, sobre o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar na Lezíria do Tejo, disse que o programa foi discutido com um conjunto de especialistas nesta matéria e foi no âmbito dessa discussão que nasceu este Plano, mas as câmaras municipais não se querem substituir ao Ministério da Educação nas responsabilidades que eventualmente tem no insucesso escolar, se assim fosse as câmaras poriam logo o Plano de parte, que aliás era facultativo e houve até alguma oposição inicial. Daí que os municípios só irão intervir nas áreas que conhecem melhor, ou seja na área da ação social, no acompanhamento das situações mais prementes, mais complicadas socialmente e definiu-se um programa, que considerou bem estruturado e complexo para debater aqui neste momento e que pode enviar à Sr.^a Deputada. Disse ter esperança que o Plano seja bem sucedido.

--- Em relação ao que disse o Sr. Deputado Carlos Marques, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a culpa nunca é só do governo, mas se há sedes de concelho, freguesias, se há áreas territoriais e populacionais que não têm acesso direto a um serviço público fundamental, isso só acontece por responsabilidade do governo, porque se o governo quisesse isto não acontecia. Porque se há recursos financeiros para meter em buracos sem fundo, também se arranjava para o serviço público, investindo num país como um todo, investindo no interior, mas não foi essa a opção, isto em relação aos CTT. Em relação à captação de investimento, claro que há reuniões com empresas, com empreendedores e potenciais investidores, que até podem nem constar deste rol das principais atividades do município, uma prova disso é que a assembleia municipal de hoje até irá servir para discutir e votar a venda de lotes na Zona Industrial.

Ponto 2 - Regulamento do Conselho Municipal de Segurança (Análise do Parecer do Conselho Municipal).

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia fez a apresentação do ponto, dizendo que este regulamento foi aprovado de forma provisória na assembleia municipal de trinta de Abril, foi entretanto levado ao Conselho Municipal de Segurança, para que o mesmo emitisse um parecer, (que está na posse dos senhores deputados) para que depois esse Regulamento voltasse a esta assembleia municipal para ser aprovado definitivamente.

--- Não se registaram mais intervenções.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por unanimidade, com as alterações sugeridas pelo respetivo Conselho.

--- **PONTO 3 - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento - Revisão N.º 1. Câmara Municipal de Alpiarça.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto, tendo o Sr. Presidente da Câmara passado a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos, para efetuar essa tarefa.

--- No uso da palavra o Sr. Vereador João Arraiolos disse que esta Modificação ao Orçamento se destinava à incorporação do Saldo da Gerência Anterior.

--- Não se registaram mais intervenções.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.

--- **PONTO 4 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2017. Câmara Municipal de Alpiarça.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que a consolidação das contas tem a ver com o cumprimento da Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, em que o artigo 75.º passou a obrigar a que as contas sejam consolidadas com outras entidades que sejam participadas pelos municípios, neste caso concreto, a AGROALPIARÇA pelo método integral já que a participação do município é de 99,8% e a empresa ÁGUAS DO RIBATEJO pelo método proporcional, dado que a participação direta do município é de apenas 5,4%. Disse que iria passar a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos, não sem antes referir que neste momento e pela primeira vez em pelo menos dez anos, o município de Alpiarça não está em excesso de endividamento, o que não significa que não se mantenham um conjunto grande de limitações e dificuldades financeiras. Finalizou dizendo que o Plano de Saneamento Financeiro iria deixar de ser aplicado, o que não significará que as suas regras não sejam tidas em conta, em termos de gestão e funcionamento da autarquia.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos acrescentou em relação ao que o Sr. Presidente da Câmara referiu que o município e as participadas têm sistemas contabilísticos distintos, daí que houve a necessidade de proceder a um conjunto de reclassificações de modo a tornar compatíveis os documentos a consolidar.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu pediu esclarecimentos em relação aos movimentos de consolidação das páginas seis e sete da documentação.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos informou o senhor deputado que em termos técnicos, a resposta lhe seria dada por escrito.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e sete abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS).

--- O Sr. Deputado Armindo Batata em declaração de voto disse que se absteve neste ponto porque não tem conhecimentos contabilísticos nem jurídicos para avaliação dos documentos.

PONTO 5 - Apreciação e votação da Proposta de Deliberação - Venda da nua propriedade dos lotes 45 a 48, 67, 69, 73 e 96 da Zona Industrial. Câmara Municipal de Alpiarça.

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse tratar-se de uma proposta de protocolo a estabelecer entre o Município e a empresa Alcides Catroga, Lda e Alcides Catroga em nome individual, para a venda em propriedade plena deste conjunto de lotes: 45 a 48, 67, 69, 73 e 96 da Zona Industrial com uma área de 21.600 m² a um preço de 3,18 euros o m², um preço inferior ao que está no Regulamento da Zona Industrial, conforme previsto no Protocolo aprovado em reunião de câmara por unanimidade e presente nesta assembleia, tendo-se tido em conta a consolidação do investimento que a empresa tem feito na Zona Industrial de Alpiarça, mantendo aqui a sua Sede Social, dotando a

Zona Industrial de novos equipamentos e de novas infraestruturas e ainda, o facto de ser um investimento na área da agro-industria, que passa pela criação de um entreposto comercial para a venda de fruta e a criação de vários postos de trabalho o que é fundamental para o seu desenvolvimento.

--- A Sr.^a Deputada Anabela Costa congratulou-se pelo investimento que uma média empresa, cujos proprietários não são naturais do concelho de Alpiarça, está a fazer na nossa Zona Industrial, ainda por cima numa área extremamente difícil como é o caso. Finalizou dizendo que ao contrário do que foi dito aqui hoje, eis uma prova que afinal o Executivo se preocupa com o desenvolvimento do nosso concelho, e quem sabe se futuramente, não pode sair daqui uma parceria em que se venha a apostar na cultura do melão Manuel António.

--- O Sr. Deputado Abel Pedro disse que evidentemente o Partido Socialista também se congratula com a vinda de empresas para a Zona Industrial de Alpiarça e com investimentos desta natureza, mas que esteve a fazer umas contas e que não conseguiu entender como é que se chegou a este preço de venda.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata sugeriu que, se pelos vistos os particulares estão a dinamizar a Zona Industrial, pois há um outro ponto da ordem de trabalhos que fala em expansão e aumento de investimento nessa Zona, então que o Executivo os acompanhe nessa dinamização, tornando aquele espaço mais atrativo, arranjando aquela frente, renegociar lotes que estejam disponíveis, publicitar, anunciar, etc.

--- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao senhor deputado Armindo Batata, disse que esse também era o desejo do Executivo, ter os espaços do concelho o mais atrativos possível, porém e como já o disse, quando se trabalha num quadro de grande escassez, devido a fatores que todos sabemos, há que definir prioridades e alguns espaços que acabam por não ter o mesmo nível de acompanhamento. Sobre a questão colocada pelo senhor deputado Abel Pedro, resulta de um processo negocial com esta empresa, tendo sido feitas várias reuniões, acabando por se ter chegado a este valor.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu em declaração de voto disse que votou

favoravelmente a proposta pelo o que ela significa em termos de manutenção de uma empresa no concelho, da criação de um investimento e na criação de postos de trabalho, no entanto lamenta, como se verá no ponto 9, que não seja dado tratamento idêntico, em situações em tudo idênticas.

--- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS**

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs à consideração do Plenário a continuação dos trabalhos, tendo a sua continuação sido aprovada por unanimidade.

----- **INTERVALO** -----

PONTO 6 - Apreciação e votação da Extinção de unidades orgânicas de 2º grau e criação de unidades orgânicas de 3º grau. Câmara Municipal de Alpiarça.

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto, que passou a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos que tem o pelouro de Recursos Humanos.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos disse que o ponto 6 e 7 estão relacionados, sendo que o ponto 6 é para extinção de unidades orgânicas de 2º grau e criação de unidades orgânicas de 3º grau e o ponto 7 é para alteração do Regulamento de Organização dos Serviços e Mapa de Pessoal de Município de Alpiarça, precisamente para acolher as propostas contidas no dito ponto 6, e que está tudo bem explícito nos documentos em poder dos senhores deputados, tendo lido a proposta em apreço neste ponto.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata perguntou que custos ou poupanças implicam estas mudanças.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos em resposta ao deputado, informou que está previsto um acréscimo de custo na ordem dos oitocentos euros mensais, mas que o Executivo entende que não é uma diferença significativa em termos de despesa, mas que o melhor funcionamento e eficácia dos serviços, justificam essa diferença.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), um voto a favor da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e sete abstenções da bancada do

Partido Socialista-(PS).

--- O Sr. Deputado Armindo Batata em declaração de voto referiu que entende que este ponto é um ato de pura gestão e que a sua única preocupação se prendia apenas com o possível agravamento de custos, que não são significativos, daí que tenha votado favoravelmente esta proposta.

PONTO 7 - Apreciação e votação da Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços e Mapa de Pessoal de Município de Alpiarça. Câmara Municipal de Alpiarça.

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, dizendo que este ponto surge na sequência do anterior e que se trata basicamente de adaptar a estrutura orgânica e o mapa de pessoal às alterações aprovadas no ponto anterior.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- VOTAÇÃO DO PONTO:

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), um voto a favor da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e sete abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS).

PONTO 8 - Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação; Minuta de protocolo para Expansão e aumento do Investimento na Zona Industrial de Alpiarça; Minuta de Contrato-Promessa de Compra e Venda. Câmara Municipal de Alpiarça.

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, dizendo que se trata da proposta para se aprovar a venda do Lote 56 da Zona Industrial de Alpiarça à empresa TEXSA PORTUGAL-Materiais de Construção S.A, para eventual futura instalação de uma nova unidade fabril. Está presente a proposta de protocolo a elaborar e cujo valor foi objeto de negociação estabelecida com a empresa. Referiu que o lote tem uma área de 26.900 m² e a proposta é que a venda seja de 2,00 euros m², estando previsto um investimento de mais 10 milhões de euros e com a criação de 40 ou mais postos de

trabalho diretos e fica aqui também como responsabilidade da empresa manter a sede social em Alpiarça e a laboração pelo menos durante o prazo de 10 anos e se isto não for cumprido há uma cláusula que prevê a indemnização à câmara da diferença de 2,00 para 5,00 euros o m². Disse que há aspetos que têm de ser revistos ao nível do plano de pormenor, o que será da responsabilidade da Câmara. No que se refere à alteração das infraestruturas, já que há algumas como água, gás natural e fibra ótica que passam pelo interior do lote atual da empresa, a qual se compromete a fazer o desvio das condutas, em articulação com as entidades que gerem essas redes e que toda a área seja incluída num lote único.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu criticou que fosse estipulado um preço para a empresa Alcides Catroga e outro preço muito inferior para a TEXSA PORTUGAL S.A. Perguntou que utilidade tem o n.º 4 da cláusula 4 da minuta de protocolo da minuta de protocolo para Expansão e aumento do Investimento na Zona Industrial de Alpiarça.

--- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao senhor deputado disse que o n.º 4 da cláusula 4 tem a ver com o Regulamento da Zona Industrial e refere-se ao tal processo de indemnização que foi falado atrás na apresentação do ponto. Quanto à questão do valor por metro quadrado e da diferença de tratamento entre empresas, disse que à partida estes protocolos implicam logo uma discriminação em relação a outras situações, porque o preço estabelecido no Regulamento da Z.I. é de 5,00 euros m², o que vier abaixo disto tem muito a ver com o interesse municipal na instalação, o valor global do investimento e pela criação de postos de trabalho e pela própria diversificação industrial, e que também tem a ver com o valor inicial que a TEXSA pagou ao município.

--- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia alguém que se quisesse inscrever para uma segunda ronda de intervenções.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que não concordava com a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a diferença de preços por metro quadrado praticado para a empresa Alcides Catroga, Lda e para a TCSA, SA. Por outro lado a cláusula 4 do artigo 4.º da minuta de Protocolo que agora é defendida pelo Sr. Presidente da Câmara, não teve o mesmo tratamento numa assembleia municipal, em que o munícipe Joaquim Rosa do Céu, como munícipe, veio a esta assembleia contestar o perdão de parte da indemnização devida à Câmara pela RENOLDY, quando resolveu fechar a fábrica de leite

construída na zona industrial, em que o Sr. Presidente da Câmara nessa data, não teve uma atitude defensora da dita cláusula de indemnização, pois disse que essa questão não teria sustentabilidade para ser defendida em tribunal.

--- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao munícipe referiu que o que aconteceu é que havia pareceres jurídicos que apontavam, que a indemnização total exigida à RENOLDY não teria expectativas de ser bem sucedida em Tribunal, porque corria-se o risco do processo se arrastar *ad eternum* na Justiça, porque não havia um prazo estabelecido para que a empresa indemnizasse a Câmara de Alpiarça em caso de encerramento da fábrica do leite antes do prazo estabelecido em protocolo.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.

PONTO 9 - Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal, realizadas nos dias 28/02/2018, 24/04/2018 e 30/04/2018.

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs as atas à discussão.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques sugeriu uma alteração pontual à ata de 28/02/2018, relacionada com contentores de lixo, da qual a Mesa tomou a devida nota.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- As três atas foram aprovadas por unanimidade, com a alteração proposta.

PONTO 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs à discussão a aprovação para discussão de um Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnaut, apresentado pelo Partido Socialista antes do período da Ordem do Dia.

--- O Sr. Deputado João Osório solicitou um pequeno intervalo para que a bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV), possa tomar uma decisão sobre a sua tomada de posição, nesta votação, o que foi concedido pelo Sr. Presidente da Assembleia.

--- O Sr. Presidente da Assembleia, depois do intervalo concedido, pôs à votação a

admissão deste voto de pesar para discussão e votação.

--- A admissão do voto de pesar para discussão e votação foi aprovado por unanimidade.

--- Em declaração de voto o Sr. Presidente da Assembleia disse que achava uma grande falta de consideração pelos adversários políticos a entrega deste tipo de documentos no próprio dia da realização da assembleia municipal.

--- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia disse que ainda havia outra questão sobre este voto de pesar, que é haver um voto de pesar pela morte da mesma pessoa entregue pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV) e sugeriu que se houvesse acordo, devia votar-se apenas um voto de pesar.

--- A Sr.^a Deputada Anabela Costa disse que a CDU estaria disposta a abdicar do seu voto de pesar, caso o PS estivesse de acordo em substituir um parágrafo do seu voto de pesar, por um parágrafo do voto de pesar apresentado pela CDU.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu usou da palavra para de certo modo resumir a biografia de António Arnaut, considerando-o uma personalidade acima do excepcional e que o voto de pesar apresentado pela bancada do Partido Socialista tinha sido escrito propositadamente com aquele texto e como tal não poderiam admitir a substituição do parágrafo pretendido.

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro usou da palavra para dizer que o parágrafo que a CDU pretendia introduzir no voto de pesar em causa, é que o SNS – Serviço Nacional de Saúde aconteceu por teimosia de António Arnaut, mas só foi possível porque se deu o 25 de Abril de 1974.

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu mais um intervalo para que a bancada da CDU e a bancada do PS conversassem e tentassem chegar a um acordo sobre o voto de pesar a António Arnaut.

--- O Sr. Presidente da Assembleia, depois do intervalo concedido, informou a assembleia que não havia consenso entre as bancadas para que se apresentasse um voto de pesar único pela a morte de António Arnaut, pelo que iria pôr à votação os três votos de pesar que deram entrada na mesa da assembleia.

--- O Sr. Presidente da Assembleia pediu a um representante da CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV) que fizesse a leitura do voto de pesar pela a morte de

António Arnaut, apresentado por esta bancada.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas fez a leitura do voto de pesar.

--- **"VOTO DE PESAR**

Faleceu no passado dia 21 de Maio do corrente ano António Arnaut.

Advogado esclarecido, coerente e honesto, cofundador do Partido Socialista, foi uma referência positiva da democracia portuguesa, um exemplo de humanismo e empenho, um socialista genuíno.

Na sequência da Revolução de Abril fundou o Serviço Nacional de Saúde que apesar de tudo ainda hoje se mantém.

Publicou o ano passado o livro "Salvar o S.N.S", onde propõe uma profunda reforma na atual Lei de Bases da Saúde aprovada no tempo de Cavaco Silva.

Esperamos que o seu desejo se concretize para bem do povo português.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, prestando-lhe a devida homenagem, manifesta o seu mais sentido pesar pelo seu desaparecimento.

Alpiarça, 29 de Junho de 2018

A Bancada da CDU."

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs o voto de pesar à discussão.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata disse não aceitar que não se tenha conseguido chegar a um entendimento sobre este voto.

--- A Sr.^a Deputada Rita Marques disse discordar da forma de redação de um dos parágrafos deste voto.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Garnel lamentou que o PS não tenha aceitado uma pequena frase do texto da CDU no seu voto de pesar e agora a esta hora venha falar de léxico.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas disse que era lamentável que quem meteu um voto de pesar extemporaneamente, porque se esqueceu da morte Arnaut e só se lembrou quando viu o voto de pesar apresentado pela CDU, e que ainda por cima que teve de ser votado para ser aceite na mesa, estar aqui a levantar problemas sobre o léxico.

--- **VOTAÇÃO DESTE VOTO DE PESAR.**

--- O voto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: um voto contra da bancada do Partido Socialista-(PS), uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-

(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e catorze votos a favor das bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV) e do Partido Socialista-(PS)

--- O Sr. Presidente da Assembleia disse que a bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV) apresentou um voto de pesar pela morte da D^a Adília Rosa Henriques e que ele próprio o iria ler.

--- **"VOTO DE PESAR**

Faleceu no passado dia 26 de Maio, a D^a Adília Rosa Henriques, saudosa fundadora, professora e diretora do Externato S. Paulo.

Em 1954 a D^a Adília, juntamente com a D^a Maria Helena de Sousa, criaram o Externato Alpiarcense, e pouco mais tarde, juntamente com a D^a Berta Beja, avançam na criação do Externato S. Paulo e na construção de raiz, do edifício que ainda hoje perdura e que todos os Alpiarcenses conhecem.

O Externato de S. Paulo (popularmente conhecido por 'Colégio'), um estabelecimento de ensino, que viria a abranger os ciclos da então primária, preparatório e secundário. E, algo inovador, a pré-primária, já no início da década de 60, foi uma referência nas formações pedagógica, cívica, cultural e desportiva não só de jovens alpiarcenses, mas também oriundos da região e das antigas colónias de África.

A coragem, o espírito empreendedor, a visão de futuro, da D^a Adília e das outras duas senhoras nunca será de mais enaltecer, permitiu que centenas de jovens alpiarcenses pudessem ter acesso ao ensino, e muitos se pudessem ter formado academicamente.

Das três fundadoras a D^a Adília foi aquela que mais perto dos seus alunos estava.

Era no seu tempo, e genuinamente uma pessoa dos afetos. O Colégio era a sua vida. Aí trabalhava e aí vivia.

Em todos os seus alunos deixou marcas, deixou conhecimentos, deixou valores, deixou amizade, deixou saudades.

Após duas décadas intensas o projeto terminou, mas manteve com a nossa terra, e com os seus alunos, laços de grande amizade e de proximidade.

Foi uma sorte para todos eles terem tido uma professora assim.

Foi uma sorte para Alpiarça, termos sido a terra escolhida para a criação do Externato S. Paulo.

Os Alpiarcenses estão gratos.

Por tudo isto, propõe-se que a Assembleia Municipal de Alpiarça, em representação dos Alpiarcenses, delibere:

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento D^a Adília Rosa Henriques, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família, e publicamente à grande família dos seus antigos alunos, as mais sentidas condolências;

Alpiarça, 29 de junho de 2018.

A Bancada da CDU.”

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs o voto de pesar à discussão.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito, disse que na generalidade concordava com o voto de pesar, mas que achava que se devia tratar a senhora por Dr.^a Adília, porque a senhora era a única licenciada, das três fundadora, embora os todos tratassem a senhora por D^a Adília. Referiu que o Externato de S. Paulo, não tinha ensino secundário mas sim o terceiro ciclo e opinou que das três fundadoras, foi a D. Berta Beja quem mais de perto esteve dos seus alunos.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que concorda com aquilo que foi dito pela senhora deputada que o antecedeu, mas que na generalidade está de acordo com o voto de pesar à D^a Adília Rosa Henriques, que se associa ao mesmo e que o vai votar favoravelmente.

--- **VOTAÇÃO DESTE VOTO DE PESAR.**

--- O voto foi aprovado por unanimidade.

--- Foi guardado um minuto de silêncio em memória D^a Adília Rosa Henriques.

--- O Sr. Presidente da Assembleia pediu que alguém passasse a ler o voto de pesar pela morte de António Arnaut apresentado pela bancada do Partido Socialista-(PS).

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu passou à leitura deste voto de pesar.

--- **”VOTO DE PESAR**

Há Seres que marcam indelevelmente a sua época e transmitem para o futuro o respeito e admiração, pela forma como viveram.

António Duarte Arnaut nasceu a 28 de Janeiro de 1936 em Penela e faleceu em Maio de 2018, em Coimbra.

Profissionalmente exerceu advocacia mas o legado que nos deixa resulta de uma vida

plena na prossecução de valores humanistas, desde que apenas com 22 anos de idade integrou a comissão distrital de Coimbra da candidatura presidencial de Humberto Delgado.

Foi Ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Constitucional (um Governo de aliança entre o PS e o CDS) e foi nessa qualidade que lançou o Serviço Nacional de Saúde, seguramente uma das marcas mais impressivas do Portugal Democrático.

Sobre este momento determinante referiu: “ O SNS foi uma teimosia minha”.

Quando em entrevista relativamente recente lhe perguntaram: como é que o Senhor inventou o SNS em sete meses como ministro, respondeu: “ é preciso conhecer a realidade do País e é preciso querer mudá-la. Na minha aldeia morriam pessoas porque não tinham dinheiro para procurar médico”.

E que teimosia. A Criação do SNS , que constava do programa do governo ,era questão de honra e António Arnaut não vacilou. O CDS disse que não podia ser.

O Governo acabou mas Portugal colocou-se, desde então, como uma referência no panorama da dignidade humana.

Em 6 de Janeiro de 2018 o estado de saúde de António Arnaut não lhe permitiu acompanhar João Semedo na apresentação da última obra “Salvar o SNS –uma nova Lei de Bases da Saúde para defender a Democracia”, da autoria de ambos, que se centra na valorização das carreiras dos profissionais de saúde e na eliminação das taxas moderadoras.

António Arnaut, o cidadão comprometido com o Povo e com a Pátria deixou-nos. O País ficou mais pobre e o agradecimento que lhe é devido é eterno.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida ordinariamente em 29 de Junho de 2018, manifesta o seu pesar pelo falecimento de António Arnaut e agradece a imensurável lição de vida que nos legou.

Alpiarça, 29 de junho de 2018

A bancada do Partido Socialista”

--- **VOTAÇÃO DESTE VOTO DE PESAR.**

--- O voto foi aprovado por unanimidade.

--- Em declaração de voto, a Deputada Anabela Costa, disse que foi com todo o gosto que votou favoravelmente este voto de pesar, que estava completamente de acordo

com o teor do voto, que não podia deixar bem claro que toda esta cena lamentável que aqui aconteceu era evitável, se o documento fosse entregue dentro dos prazos estipulados por esta assembleia. Com esta cena, a bancada do PS demonstrou não estar à altura de um homem tão nobre e de valores tão reconhecidos, por todos vós.

--- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, era um hora e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

-----Presidente _____

-----1º Secretário _____

-----2º Secretário _____